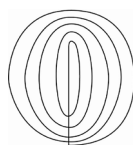


# NOMES VAZIOS

EDIÇÃO DE 2014 do

## COMPÊNDIO EM LINHA DE PROBLEMAS DE FILOSOFIA ANALÍTICA

2012-2015 FCT Project PTDC/FIL-FIL/121209/2010



Editado por  
João Branquinho e Ricardo Santos

ISBN: 978-989-8553-22-5

Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica  
Copyright © 2014 do editor  
Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa  
Alameda da Universidade, Campo Grande, 1600-214 Lisboa

Nomes Vazios  
Copyright © 2014 dos autores  
Manuel García-Carpintero e Teresa Marques

DOI: <https://doi.org/10.51427/cfi.2021.0056>

Todos os direitos reservados

# Nomes Vazios

DOI: <https://doi.org/10.51427/cfi.2021.0056>

Algumas expressões, tais como os nomes próprios ('Neptuno'), os indexicais e os demonstrativos ('eu', 'aquele planeta'), e talvez mesmo alguns usos de descrições definidas ('o planeta que está ali') são *termos singulares*. Intuitivamente, a função linguística de expressões na categoria dos termos singulares consiste em indicar um objecto, introduzi-lo como objecto do nosso discurso ou pensamento, ou chamar a nossa atenção para esse objecto com alguma finalidade representacional, seja falar acerca do objecto, fazer perguntas sobre ele, ou dar instruções que o envolvam. Consideremos por exemplo uma asserção feita por meio da elocução da frase 'Neptuno é o terceiro planeta com maior massa no sistema solar.' As asserções são centralmente avaliadas como verdadeiras ou falsas. Ora bem, se esta asserção é verdadeira ou não depende do estado de coisas que envolve Neptuno, o planeta ele mesmo, independentemente do facto de termos usado 'Neptuno' para nos referirmos a ele (em vez de, por exemplo, 'Poseidon') ou das noções que os falantes possam associar com o nome. Existem expressões correspondentes à referência plural (nomes, indexicais, descrições definidas e demonstrativos para grupos ou colecções de indivíduos) que suscitam problemas semelhantes àqueles que examinaremos aqui, mas não os discutiremos.

Algumas expressões incluídas na categoria de nomes singulares falham na sua função de referir, sem que, aparentemente, deixem de desempenhar um papel representacional. Estes nomes incluem os nomes de figuras mitológicas ou ficcionais, como por exemplo 'Papão', ou 'Dom Quixote', ou nomes que figuram em algumas teorias científicas que se descobrem erradas, como 'Vulcão'. Consideremos 'Vulcão', tal como ocorre em (1); ou 'aquele planeta' tal como ocorre em (2), em que o demonstrativo é anafórico à ocorrência anterior de 'Vulcão'; ou 'aquele planeta ali', como em (3), proferida enquanto se aponta numa representação do sistema solar a localização onde supostamente Vulcão se encontraria, depois de enunciar o que Le Verrier pensava sobre a existência de um planeta em tal e tal localização em tal momento:

- (1) Le Verrier pensa que Vulcão causa perturbações na órbita de Mercúrio.

*Publicado pela primeira vez em 2014*

(2) Le Verrier pensa que aquele planeta causa perturbações na órbita de Mercúrio.

(3) Le Verrier pensa que aquele planeta ali causa perturbações na órbita de Mercúrio.

Intuitivamente, pensamos que estas elocuições são verdadeiras. Mas, para que possam ser avaliadas dessa forma, o termo singular que ocorre nas frases (1)-(3) tem de desempenhar satisfatoriamente o seu papel representacional. O mesmo pode ser dito do exemplo em (4), e do resultado de substituir outros termos singulares (em contextos semelhantes) por ‘Vulcão’.

(4) Vulcão não existe.

O mesmo se aplica, talvez com alguma dúvida, a (5) e aos resultados da substituição correspondente. Mesmo que pensemos que estas últimas frases são destituídas de valor de verdade, contudo elas são aparentemente frases com sentido, o que novamente parece pressupor que o termo singular que nelas ocorre desempenha a sua função representacional como é suposto. Esta última observação é aplicável ainda a frases mais simples como (6) e (7).

(5) Vulcão causa perturbações na órbita de Mercúrio, se existir.

(6) Vulcão é um planeta.

(7) Vulcão causa perturbações na órbita de Mercúrio.

Os parágrafos anteriores dão-nos os elementos de um paradoxo. Por um lado, reconhecemos que os pensamentos que exprimimos por meio de termos singulares têm um carácter semântico distintivo, e que os objectos referidos deveriam fazer parte de uma caracterização correcta da natureza desses termos. Por outro lado, o significado das frases que incorporam termos singulares vácuos sugere que tais objectos são, no melhor dos casos, extrínsecos aos pensamentos transmitidos por meio do uso desses termos. Isto é, fundamentalmente, o problema que se levanta com a existência (aparente) de representações vácuas. Este problema tem sido discutido desde os trabalhos inaugurais dos fundadores da Filosofia Analítica, Frege e Russell. Tal como outros enigmas centrais, estamos longe de ter encontrado uma

solução para o problema, que continua a ser debatido com a mesma vivacidade. Este artigo apresentará, em termos teoricamente moderados, a percepção do problema pela perspectiva dada pelo estado da arte corrente, concentrando-se no caso dos nomes.

Uma teoria sobre os nomes vácuos deveria apoiar-se numa teoria geral do pensamento singular. Aqui, assumiremos a discussão incluída no artigo PENSAMENTO SINGULAR (neste Compêndio). Existem três divisões principais entre os teóricos do pensamento singular, já estabelecida no início do debate no trabalho de Frege e de Russell, que dizem respeito à possibilidade da existência de informação descritiva numa explicação completa da natureza semântica dos pensamentos singulares. Os teóricos millianos recorrem a uma extensão da relação russelliana não-descritiva de *contacto directo* ou *familiaridade* para explicar esses pensamentos. A referência genuína é, no seu parecer, constituída por uma relação (a percepção, a memória, o testemunho) que vincula o sujeito e o objecto da referencia. Os teóricos fregeanos são tipicamente *liberais*, rejeitando esta ideia milliana, e permitem a existência de pensamentos singulares individualizados por algumas das suas propriedades. Examinaremos de seguida de forma geral diferentes propostas avançadas quer por fregeanos quer por millianos para lidar com nomes vácuos. Depois disso, discutiremos o caso mais específico dos nomes fictícios.

Ao permitir que as propriedades individuadoras sejam constituintes dos pensamentos singulares, aquilo que designamos como os pontos de vista fregeanos parecem, *prima facie*, ter melhores recursos para dar conta dos pensamentos vácuos. Contudo, as teorias fregeanas têm de lidar primeiro com as objecções de Kripke (conferir a entrada PENSAMENTO SINGULAR), e só então poderão tentar explicar os pensamentos vácuos no âmbito de uma teoria fregeana. As teorias millianas, por outro lado, enfrentam o desafio mais directo que resulta do facto aparente de as frases com termos vácuos terem significado e valor de verdade.

Algumas propostas fregeanas (conferir por exemplo Glüer e Pagin 2006) agarram-se à ideia de Frege das descrições típicas que os falantes associam a um nome próprio, que capturam informação com que os falantes estão familiarizados e que individua o referente intencionado, como por exemplo, *seja quem for que tenha demonstrado os teoremas da incompletude*, para 'Gödel'. Os descritivistas causais (como

por exemplo Kroon 2004) seguem Lewis 1983, convertendo a caracterização milliana de como se determina o conteúdo singular numa explicação descritiva do que constitui o significado, tal como, no caso de uma elocução **Gödel** de ‘Gödel’, *seja quem for que tenha iniciado a prática do uso do nome da qual Gödel depende*. No que diz respeito às intuições de rigidez (conferir PENSAMENTO SINGULAR), os fregeanos recorrem na literatura a pelo menos duas estratégias, combinando-as com uma das duas anteriores. O descritivismo de âmbito longo (e.g., Sosa 2011) mantém que as descrições associadas aos nomes próprios têm âmbito longo sobre os operadores modais. O descritivismo rigidificado (e.g., Jackson 1998) considera que as descrições são rigidificadas por operadores como ‘actualmente’. A semântica bi-dimensional (ver Chalmers 2006, García-Carpintero e Maciá 2006) é uma implementação das ideias descritivistas na lógica intensional, nas quais duas intensões distintas pretendem capturar por um lado as intuições fregeanas e por outro as intuições millianas.

As abordagens fregeanas apresentam problemas. O problema que o argumento semântico de Kripke levanta (conferir a entrada PENSAMENTO SINGULAR) é que podemos pensar em situações nas quais as descrições não seleccionam qualquer referente para o nome a que estão associadas. Isto é um problema sério para a variedade do descritivismo baseado na ideia das descrições mais típicas. O descritivismo causal é formulado para evitar esta objecção: nos cenários kripkeanos, o referente intuitivo satisfaz a descrição da forma sugerida, na medida em que a abordagem histórico-causal de Kripke sobre o processo de fixação da referência é correcto. O segundo problema diz respeito à variedade de descrições típicas associadas pelos falantes a um dado nome. Este problema afecta também os descritivistas causais, porque as descrições que eles normalmente identificam como relevantes mencionam elos histórico-causais particulares, que podem diferir entre utentes. No contexto corrente, o problema mais urgente é que, uma vez modificada (de acordo com uma das duas formas de lidar com as intuições de rigidez sugeridas), não é de todo claro que uma teoria fregeana possa explicar os nomes vácuos (cf. Brock 2004). Afinal de contas, tanto a abordagem das “descrições típicas” como o descritivismo causal falham no propósito de individuar algo concreto no mundo real. Sem explicações adicionais, é duvidoso que o fregeanismo possa dar conta do valor de verdade intuitivo das

orações (1)-(5), tal como era duvidoso que o millianismo o consiga fazer. Regressaremos a este ponto mais abaixo, quando dermos uma explicação mais detalhada para o caso dos nomes da ficção.

Passemos agora às propostas millianas. A solução para o problema dos termos vazios provavelmente mais popular hoje em dia, é a que nega a ideia de que esses termos sejam vazios. Nas palestras John Locke de 1973, só recentemente publicadas, Kripke 2013 sugere que os nomes ficcionais como ‘Don Quixote’ na realidade referem algo, pelo menos em alguns usos, por exemplo quando afirmamos directamente ‘Don Quixote é uma personagem ficcional merecidamente famosa’. Nesses casos, o nome não refere uma pessoa, mas sim uma entidade abstracta cuja existência depende de alguma forma do conteúdo (igualmente abstracto) da ficção onde se empregou inicialmente o nome. A proposta milliana em questão consiste em alargar a ideia a todos os casos intuitivamente inteligíveis de uso de nomes aparentemente vácuos (conferir Salmon 1998, 2002b). Regressaremos a estas teorias mais abaixo na discussão dos nomes ficcionais.

Consideremos então uma sugestão milliana alternativa. Segundo esta alternativa, as elocuições que incluem nomes vazios podem ser significativas porque exprimem proposições incompletas (veja-se, por exemplo, Braun 2005). Se pensarmos em proposições como entidades estruturadas na forma de uma árvore, reflectindo a forma lógica das expressões linguísticas que as exprimem, as proposições incompletas serão como proposições normais, com a diferença que em alguns dos nódulos terminais têm lacunas em vez dos objectos que figuram nas proposições completas. Podem fazer-se propostas razoáveis sobre como determinar o valor de verdade destas proposições (veja-se novamente Braun 2005), nas quais, por exemplo, o valor intuitivo de (4) e de (5) é mantido. As frases atómicas podem ser consideradas falsas ou destituídas de valor de verdade, e as suas negações ou verdadeiras ou destituídas de valor de verdade, dependendo do âmbito da negação. Existe contudo um problema persistente que se levanta a estas teorias millianas, um caso particular do problema genérico que os casos fregeanos levantam às teorias millianas. A substituição de ‘Vulcão’ por ‘Holmes’ em (7) não altera a proposição incompleta expressa, apesar de uma tal substituição em (1) intuitivamente alterar o valor de verdade da frase.

Os millianos têm defendido duas propostas distintas para lidar

com este problema. A primeira consiste em apelar à “pragmática” (cf., e.g., Adams, Fuller e Stecker 1998). Usamos aqui aspas porque a relação entre semântica e pragmática é ela mesma um tema polémico quente. A sugestão é a de que quem profere elocuições que incorporam nomes vácuos, como nos casos (1)-(3), pode oferecer descrições alternativas verdadeiras. Braun 2005 critica as propostas deste género e oferece uma proposta na qual o teórico apela a informação descritiva associada a nomes só para dar conta do erro que as pessoas cometem na atribuição de valores de verdade às frases problemáticas. Nenhuma destas explicações é muito atraente. A última explicação considera como erróneas intuições robustas que partilhamos, e torna difícil distinguir entre dois tipos de intuições, a saber: primeiro, as intuições que devemos tratar como parte da base provatória da semântica; segundo, as intuições que devemos descartar como meros equívocos irreflectidos. A primeira explicação, por seu lado, postula mecanismos pragmáticos que estão longe de ser casos imediatos como seria o caso das implicaturas griceanas. Isto explica porque é que a estratégia “afinal não era vácuo” é mais popular. Consideraremos agora, conjuntamente com os vários assuntos pendentes, o caso específico dos nomes na ficção.

Na realidade, deveríamos distinguir entre três géneros de discurso ficcional, uma vez que cada um levanta problemas específicos. Consideremos as frases:

- (8) O Sr. Leopold Bloom comeu com gosto as entranhas de animais e de aves de caça.
- (9) De acordo com *Ulysses*, o Sr. Leopold Bloom comeu com gosto as entranhas de animais e de aves de caça.
- (10) Leopold Bloom é um personagem ficcional.

Imaginemos que Joyce profere (8), como parte de uma elocução mais longa que, suponhamos, fez parte do seu processo de criação de *Ulysses*. O que é distintivo de usos deste tipo, seguindo Bonomi 2008, a que chamaremos *textuais*, é que eles intuitivamente não são avaliáveis como verdadeiros ou falsos. Existe, depois, o uso de frases como (9), feito quando relatamos o conteúdo da ficção. A estes usos que relatam o conteúdo chamaremos *paratextuais*. De acordo com

Lewis 1978 e muitos outros filósofos, esses usos são simplesmente elípticos para as adscrições intuitivamente equivalentes de conteúdo proposicional tal como se passa em (9). Finalmente, chamaremos ao uso de frases como (10), usos *metatextuais*. Estes são intuitivamente avaliáveis como verdadeiros ou falsos, mas não relatam directamente o conteúdo, na medida em que não são (ou pelo menos não são obviamente) equivalentes a atribuições de conteúdo como (9).

Como já indicámos, Kripke 2013 argumenta que uma explicação adequada dos usos metatextuais requer que interpretemos nomes como ‘Leopold Bloom’ como designadores de entidades ficcionais. O argumento mais influente e desenvolvido para tal realismo sobre as entidades ficcionais é o dado por van Inwagen 1977. van Inwagen faz um apelo quineano à quantificação não eliminável sobre, e à referência a, tais entidades no discurso *prima facie* sério e susceptível de avaliação vero-condicional. A referência a entidades ficcionais pode ser observada em elocuições de (10), bem como em usos metatextuais semelhantes no contexto da crítica literária. Tais *ficta* poderiam ser então encarados como entidades não-existentes meinongianas (confira-se por exemplo Priest 2005), *possibilia* concretas não actuais (veja-se novamente Priest 2005), ou (como tanto Kripke como van Inwagen preferem) entidades existentes abstractas de vários tipos, *abstracta* platónicas atemporais, ou antes artefactos criados, como em Salmon 1998, Thomasson 1999 e Schiffer 2003. As entidades ficcionais de qualquer destes tipos podem ser também usadas para dar conta dos restantes usos do discurso ficcional, seja o textual seja o paratextual, mas isso requer trabalho adicional. Nenhuma dessas entidades pode ser vista simplesmente como o tipo de coisa que pode comer as entranhas de animais ou pássaros. Voltolini 2006 apresenta uma exploração recente das várias alternativas neste domínio.

As existenciais negativas verdadeiras que incorporam nomes ficcionais oferecem um contra-exemplo intuitivamente óbvio às teorias realistas não-meinongianas, o que é algo em que Everett 2007, (2013: cap. 7) insiste vigorosamente. Everett 2005, (2013: cap. 8) elabora de forma interessante a preocupação com o problema bem conhecido da indeterminação no realismo ficcional, ecoando uma acusação de Quine (1948: 23):

o possível homem gordo na ombreira daquela porta; e, novamente, o possível homem calvo na ombreira daquela porta. São o mesmo ho-



mem possível, ou dois homens possíveis distintos? E como o decidimos? Quantos homens possíveis existirão na ombreira daquela porta? Existirão mais homens possíveis magros do que gordos? E quantos desses homens é que se assemelham entre si?

Concentrarmos a atenção nos usos metatextuais leva naturalmente a pensar nas expressões referenciais em (8)-(10) como expressões que de facto referem algumas entidades, e portanto tende a levar-nos a alguma forma de realismo. Mas se concentrarmos antes a nossa atenção nos usos textuais, isso levar-nos-á numa direcção inteiramente distinta, ao anti-realismo. Quando a criadora de uma ficção usa frases declarativas como (8) (e, até, quando usa frases imperativas ou interrogativas na ficção, etc.) não nos sentimos tentados a pensar que ela de facto está a desempenhar os actos de fala que tipicamente são desempenhados por norma nos contextos em que se usam frases desses tipos. Nesses casos, as frases são usadas como parte de uma *simulação* ou *finjimento*, da mesma forma que devemos encarar as acções dos actores no palco do teatro: eles não precisam de, realmente, beber whisky, basta que finjam fazê-lo.

Ora bem, se as asserções aparentes forem meramente fingidas, então talvez possamos dizer o mesmo do acto de referir. Desta forma, talvez possamos enveredar por um novo caminho que nos permita explicar os usos ficcionais sem necessitarmos postular referentes reais para os termos singulares ficcionais. Walton 1990 oferece-nos uma elaborada teoria para os usos textuais, reconhecida e meritariamente influente, que se baseia na ideia dos actos fingidos, ou do faz-de-conta. Everett 2013 desenvolveu recentemente uma excelente elaboração desta proposta para os usos textuais, que depois estendeu tanto aos usos paratextuais como aos metatextuais. Tal como com as teorias realistas, mas no sentido oposto, o seu desenvolvimento não é linear. Aqui, a extensão não é simples porque desta feita não parece que exista qualquer fingimento ou faz-de-conta nas asserções do tipo (10). Talvez uma melhor perspectiva pudesse combinar o realismo ficcional para as afirmações deste último tipo com uma teoria do fingimento para os usos de frases como (8) pelos autores das obras ficcionais. Mas, para além do desregramento, (9) ocupa um terreno intermédio que é problemático para esta abordagem conciliatória, e tal como Everett (2013: 163-178) enfatiza, existem muitos casos mistos, como ‘a Sara admira Holmes’. Desnecessário será dizer que

nenhuma teoria filosófica está livre de objecções. Um de nós argumentou num artigo recente (García-Carpintero 2010: 286-7) que, quando combinamos esta abordagem com uma perspectiva milliana da referência singular como fazem Walton ou Everett, a abordagem falha. Contudo, se aliada a alguma forma de fregeanismo, a teoria do fingimento oferece-nos, talvez, a forma mais prometedora de confrontar estes problemas aparentemente intratáveis. Kroon 2005, 2000 oferece uma teoria prometedora, quer para o discurso indirecto, como em (1)-(3), quer para as existenciais negativas, como em (4). De forma semelhante, Mark Sainsbury 2005, 2009 oferece-nos uma explicação geral do significado das elocuições que incorporam nomes sem referentes, e uma explicação específica das elocuições ficcionais (dos nossos três tipos) que não requer que atribuamos referentes de qualquer tipo, existentes ou não existentes, aos termos singulares ficcionais. A teoria da “verdade relativa à pressuposição” no seu trabalho é especialmente compatível com o desenvolvimento pressuposicional da perspectiva fregeana esboçada no artigo PENSAMENTO SINGULAR, neste Compêndio.

Manuel García-Carpintero e Teresa Marques  
LOGOS-Departament de Lògica, Història i Filosofia de la Ciència,  
Universitat de Barcelona; LANCOG-Universidade de Lisboa

### Referências

- Adams, F., Fuller, G. & Stecker, R. 1997. The Semantics of Fictional Names. *Pacific Philosophical Quarterly* 78:128-148.
- Bonomi, Andrea. 2008. Fictional Contexts. In *Perspectives on context*, ed. by P. Bouquet, L. Serafini and R. Thomason. Stanford: CSLI Publications, 213-248.
- Braun, David. 2005. Empty Names, Fictional Names, Mythical Names. *Noûs* 39:596-631.
- Brock, Stuart. 2004. The Ubiquitous Problem of Empty Names. *Journal of Philosophy* 101:277-298.
- Chalmers, David. 2006. Two-Dimensional Semantics. In *Oxford Handbook of Philosophy of Language*, ed. by E. Lepore and B. C. Smith. Oxford: Oxford University Press, 251-64.
- Evans, Gareth. 1982. *The Varieties of Reference*. Oxford: Clarendon Press.
- Everett, Anthony. 2005. Against Fictional Realism. *Journal of Philosophy* 102:624-49.
- Everett, Anthony. 2007. Pretense, Existence, and Fictional Objects. *Philosophy and Phenomenological Research* 74:56-80.
- Everett, Anthony. 2013. *The Nonexistent*. Oxford: Oxford University Press.

- García-Carpintero, Manuel. 2010. Fictional Singular Imaginings. In *New Essays on Singular Thought*, ed. by Jeshion, Robin. Oxford: Oxford University Press, 273-299.
- García-Carpintero, Manuel and Macià, Josep. 2006. Introduction. In *Two-Dimensional Semantics*, ed. by García-Carpintero, M. & Macià, J. Oxford: Oxford University Press, 1-21.
- Glüer, Kathrin and Peter Pagin. 2006. Proper Names and Relational Modality. *Linguistics & Philosophy* 29:507-535.
- Jackson, Frank. 1998. Reference and Description Revisited. In *Philosophical Perspectives*, vol. 12, ed. by J. Tomberlin. California: Ridgeview, 201-18.
- Kripke, Saul. 1980. *Naming and Necessity*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- Kripke, Saul. 2013. *Reference and Existence*. Oxford: Oxford University Press.
- Kroon, Frederick. 2000. 'Disavowal through Commitment' Theories of Negative Existentials. In *Empty Names, Fiction and the Puzzles of Non-existence*, ed. by A. Everett & T. Hofweber. Stanford: CSLI, 95-116.
- Kroon, Frederick. 2004. Millian Descriptivism. *Australasian Journal of Philosophy* 82:553-576.
- Kroon, Frederick. 2005. Belief about Nothing in Particular. In *Fictionalism in Metaphysics*, ed. by M. Kalderon. Oxford: Oxford University Press, 178-203.
- Lewis, David. 1978. Truth in Fiction. *American Philosophical Quarterly* 15:37-46. Reprinted with postscripts in D. Lewis. 1983. *Philosophical Papers*, vol. 1. Oxford: Oxford University Press, 261-280.
- Lewis, David. 1983. Individuation by Acquaintance and by Stipulation. *Philosophical Review* xcii:3-32.
- Priest, Graham. 2005. *Towards Non-Being*. Oxford: Clarendon Press.
- Sainsbury, Mark. 2005. *Reference without Referents*. Oxford: Clarendon Press.
- Sainsbury, Mark. 2009. *Fiction and Fictionalism*. London: Routledge.
- Salmon, Nathan. 1998. Nonexistence. *Noûs* 32:277-319.
- Salmon, Nathan. 2002. Mythical Objects. In *Meaning and Truth: Investigations in Philosophical Semantics*, ed. by Joseph Keim Campbell, David Shier, and Michael O'Rourke. New York: Seven Bridges, 105-123.
- Schiffer, Stephen. 2003. *The Things We Mean*. Oxford: Clarendon Press.
- Searle, John. 1969. *Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Sosa, David. 2001. Rigidity in the Scope of Russell's Theory. *Noûs* 35:1-38.
- Thomasson, Amie. 1999. *Fiction and Metaphysics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- van Inwagen, Peter. 1977. Creatures of Fiction. *American Philosophical Quarterly* 14:299-308.
- Voltolini, Alberto. 2006. *How Ficta Follow Fiction. A Syncretistic Account of Fictional Entities*. Springer, Dordrecht.
- Walton, Kendall. 1990. *Mimesis and Make-Believe*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.